



## A EXPANSÃO DOS GRUPOS ESCOLARES E A FORMAÇÃO DOCENTE NA PARAÍBA (1930-1940)

Nicoli Lira da Silva <sup>1</sup>  
Hercília Maria Fernandes <sup>2</sup>

### RESUMO

No estado da Paraíba, o modelo Grupo Escolar foi instalado no ano de 1916, com a criação do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindêllo, na capital João Pessoa. A expansão dos grupos escolares no estado paraibano, porém, se intensificou na década de 1930, com a circulação do ideário político-pedagógico da Escola Nova, que visava à formação escolar da primeira e segunda infâncias, com base nos interesses, atividades e necessidades das crianças. Considerando as discussões iniciais, o artigo vincula-se à pesquisa intitulada “Métodos e processos de ensino na escolarização da(s) infância(s) paraibana(s): diálogos com a Escola Nova e a história dos Grupos Escolares” (PIBIC/UFCG 2021-2022). Como parte integrante dessa investigação, o trabalho objetiva historiar a expansão do modelo pedagógico denominado Grupo Escolar no estado da Paraíba, em articulação às ações empreendidas pelos governos paraibanos, no período de 1930 a 1940, voltadas à formação docente para atuação nos grupos escolares. Para tal propósito, o artigo comporta o exame de fontes documentais relativas aos grupos escolares e à formação docente, destacando-se decretos, atos oficiais, programas de ensino e escrituras escolares publicadas na Revista do Ensino da Paraíba (1932-1942), assim como fontes teóricas e historiográficas relacionadas às ideias da Escola Nova e à temporalidade da pesquisa. Adotados esses procedimentos teórico-metodológicos, entende-se que a expansão dos grupos escolares, no estado da Paraíba, se efetivou de forma mais intensiva no período relativo à circulação dos métodos e processos de ensino propagados pela Escola Nova, visando promover mudanças na mentalidade e no comportamento pedagógico do professorado paraibano.

**Palavras-chave:** Grupo Escolar, Formação docente, Métodos e processos, Escola Nova.

### INTRODUÇÃO

A Escola Nova caracteriza-se como um movimento de renovação do ensino, gerando significativas transformações políticas, sociais e econômicas no final do século dezanove e início do século vinte. No Brasil, o movimento escolanovista tornou-se responsável, especialmente nas décadas 1920 e 1930, pelas reformas de ensino estaduais em busca de maior modernização, democratização, industrialização e urbanização da sociedade, para inserir os cidadãos na nova ordem social em curso nos centros mais adiantados política, econômica e socialmente (ARANHA, 2006; FERNANDES, 2018; FERREIRA Jr. 2010; NOGUEIRA, 1986; SAVIANI, 2013).

No estado da Paraíba, as ideias do movimento escolanovista foram ganhando força, e se efetivando por meio de medidas adotadas pela Diretoria do Ensino Primário, sob a direção do

---

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: [nicolilira20@gmail.com](mailto:nicolilira20@gmail.com);

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: [fernandeshercilia@gmail.com](mailto:fernandeshercilia@gmail.com).

professor escolanovista José Baptista de Mello; especialmente, ao fazer circular manuais e revistas, como também instalar semanas pedagógicas no estado paraibano (FERNANDES; CAVALCANTE, 2022), a respeito de novos métodos e processos de ensino em prol da formação docente, bem como para instauração de uma nova forma de escolarização da(s) infância(s) paraibana(s), especificamente em Grupos Escolares (CARVALHO, 2002; FERNANDES, 2018).

Em virtude das demandas relacionadas à renovação escolar, a Diretoria do Ensino Primário da Paraíba estabelece a criação e circulação da *Revista do Ensino*, mediante o Decreto nº 287 de 8 de maio de 1932, para orientar e noticiar os professores, como também transformar o corpo docente, desde a mentalidade ao comportamento pedagógico do magistério paraibano (MELLO, 1996), com o objetivo de atender a um novo perfil de docente e de aluno que participasse ativamente da educação e correspondesse às exigências da urbanidade, dos novos modos de produção e das relações sociais relativas às sociedades democráticas (FERNANDES, 2018; SILVA; RODRIGUES; LIMA, 2019).

Nesse sentido, a *Revista do Ensino* foi criada para formar e guiar as práticas docentes nas escolas paraibanas, especificamente nos grupos escolares, que foram instituições concebidas como “[...] elemento da modernização escolar brasileira, tomados pela racionalização e higienização geográfica, social e cultural”, promovendo a pedagogia moderna com novos métodos e processos (PINHEIRO; SILVA; BURITY, 2013, p. 173).

No Brasil, os grupos escolares vieram modificar a organização escolar anterior, cujas escolas primárias eram denominadas de “primeiras letras”, que eram classes isoladas ou avulsas e uni-docentes. Assim sendo, a escola isolada era uma classe regida por único professor, que ministrava o ensino a um número de alunos em níveis diferentes de aprendizagem, em uma mesma sala de aula. Dessa forma, o novo modelo pedagógico instaurado com a República deriva dessas escolas isoladas, que, uma vez reunidas, deram origem aos grupos escolares (SAVIANI, 2013).

Esse novo modelo pedagógico foi instalado, no Brasil, no final do século dezenove, no ano de 1894, na cidade de São Paulo. Segundo Carvalho (2000) e Fernandes (2018), a criação dos grupos escolares nos grandes centros urbanos brasileiros serviu de inspiração para instauração de uma nova forma de escolarização da(s) infância(s) nos diversos estados da federação. O processo de implantação e expansão dessas instituições, porém, se efetivou diferentemente, articulado aos interesses e às aspirações políticas de cada localidade.

De acordo com Pinheiro (2002, p. 111), a história dos grupos escolares na educação paraibana experimentou dois momentos históricos com características distintas. O primeiro,



considerado um período de “passagem”, vai de 1916 a 1929 e se caracteriza pela coexistência de dois modelos de organização escolar: de um lado, as escolas rudimentares e elementares e do outro, as escolas reunidas ou agrupadas e os grupos escolares. O segundo momento, por sua vez, “[...] teve início a partir de 1930, quando o modelo de organização escolar caracterizado pelos grupos escolares passou a predominar”.

No tocante à primeira fase, esse novo modelo de organização escolar foi instaurado com a criação do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindêllo, em 1916, na capital paraibana João Pessoa. Para Pinheiro (2002, p. 128), “[...] nesse primeiro período, os grupos escolares não apenas atenderam as exigências estéticas da elite, mas também se prestaram a modernizar e embelezar a capital paraibana”.

Em relação ao segundo momento histórico, verifica-se maior intensificação no processo de expansão dos grupos escolares, em que a implementação dessas instituições nos diversos municípios paraibanos, a partir da década de 1930, na administração dos interventores Antenor Navarro (1930-1932), Gratuliano Brito (1932- 1935) e Argemiro de Figueiredo (1935-1940), se vincula a outras ações políticas voltadas a promover a escolarização da(s) infância(s) paraibana(s) para modernizar o ensino; tais como a criação da *Revista do Ensino* da Paraíba (1932-1942) e a instauração das “Semanas Pedagógicas” instituídas a partir de 1933, sendo essas ações voltadas à formação docente para a prática educativa nos grupos escolares. De igual maneira, as reformulações dos Programas de Ensino destinados a orientar as atividades educativas nos grupos escolares (FERNANDES; CAVALCANTE, 2022; SILVA; FERNANDES, 2021).

Com base nessas discussões iniciais, o artigo vincula-se à pesquisa histórica “Métodos e processos de ensino na escolarização da(s) infância(s) paraibana(s): diálogos com a Escola Nova e a história dos Grupos Escolares” (PIBIC/UFCG 2021-2022), que teve como objetivo geral investigar os métodos e processos de ensino voltados à escolarização da(s) infância(s) paraibana(s). Nesse sentido, o trabalho justifica-se pela necessidade de reunir dados históricos acerca do processo de expansão dos grupos escolares, possibilitando a investigação e a análise do objeto de estudo da pesquisa. Como parte integrante dessa investigação, o trabalho objetiva historicar a expansão do modelo pedagógico denominado Grupo Escolar no estado da Paraíba, em articulação às ações empreendidas pelos governos paraibanos, no período de 1930 a 1940, voltadas à formação docente para atuação nos grupos escolares.

Para tal propósito, o trabalho comporta o exame de fontes documentais relativas aos grupos escolares, destacando-se Decretos, Atos Oficiais e Programas de Ensino publicados na e pela *Revista do Ensino* da Paraíba (1932-1942), assim como fontes teóricas relacionadas às

ideias da Escola Nova e historiográficas referentes à temporalidade da investigação (MELLO, 1996; PINHEIRO, 2002; PINHEIRO; SILVA; BURITY, 2014; SAVIANI, 2013).

Adotados esses procedimentos teórico-metodológicos, entende-se que o processo de expansão dos grupos escolares, no estado da Paraíba, se efetivou de forma mais intensiva no período relativo à circulação dos métodos e processos de ensino propostos pela Escola Nova, visando promover mudanças na mentalidade e no comportamento pedagógico do professorado paraibano.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

No estado da Paraíba, durante as décadas iniciais do século vinte, segundo José Baptista de Mello (1934), a instrução pública carecia de uma ação continuada e ininterrupta, e um novo olhar para a figura do docente. Nesse sentido, a Diretoria do Ensino buscou “[...] promover meios para que o professorado, em cujo seio encontram-se, verdadeiros espíritos de renúncia e de vontade, forrados de bela inteligência, seja capaz de elevar a bom termo tão espinhoso quanto edificante trabalho”, mediante estímulos e possibilidades para obter novos conhecimentos técnicos e científicos, e, essencialmente, desenvolver qualidades e virtudes que precisavam fazer parte da sua atuação para desenvolver plenamente os alunos (MELLO, 1996, p. 96).

Com base nesse pensamento, a *Revista do Ensino* da Paraíba, publicada entre os anos de 1932 a 1942, foi uma das ações políticas institucionalizadas pelo estado, cujas matérias davam “[...] ênfase nas orientações pedagógicas; na criança, como sendo o centro do processo de ensino e aprendizagem; na formação do professor; na adoção de uma pedagogia de inspiração experimental” para se pensar em novas formas de realizar as atividades pedagógicas (SILVA; RODRIGUES; LIMA, p. 61, 2019). Assim, exprimiam os ideais de progresso e modernidade, a exemplo de outros estados brasileiros, ao buscar formar uma nova mentalidade pedagógica docente e implantar um projeto educativo com organização escolar e necessidades modernas (FERNANDES; CAVALCANTE, 2022).

Além da implementação de cursos de aperfeiçoamento, reunião de professores em assembleias, concursos como formação para efetivar melhorias no estado (MELLO, 1996), destacaram-se as Semanas Pedagógicas instaladas, na década de 1930, por José Batista de Mello, quando à frente da Diretoria do Ensino Primário. As Semanas Pedagógicas consistiam em encontros estaduais de educação realizados anualmente. O objetivo geral desses encontros era fomentar uma nova visão de escola, discutir e compartilhar os novos métodos e processos de ensino, assim como promover a troca de experiências entre o corpo docente, que eram



veiculadas nas páginas da *Revista do Ensino*, então baseadas no ideário da Escola Nova (SILVA; RODRIGUES; LIMA, 2019).

Assim, José Baptista de Mello, em discurso proferido na “Abertura” da Segunda Semana Pedagógica realizada em 3 de novembro de 1934, levando em consideração os problemas econômicos nacionais e locais, defendeu que a escola primária deveria orientar os alunos de modo a criar os recursos necessários para vencer os dias difíceis. Essa demanda exigia que as instituições escolares e os professores não se limitassem a simples tarefa da alfabetização (MELLO, 1934). Para o diretor da Diretoria do Ensino Primário, a Paraíba carecia de um sistema de educação capaz de orientar e preparar as riquezas em vastos campos. Para tal, fazia-se necessária uma renovação educacional local e nacional, com o centro de interesse que globalizava todas as disciplinas em uma socialização e o sistema de projetos que aprenderia a prática da atividade humana (MELLO, 1934).

Nesse sentido, objetivando melhorias ao ensino e para a formação docente, circulou no Estado da Paraíba: Decretos, Legislações e Atos Oficiais do Departamento de Ensino publicados na *Revista do Ensino*, em relação à instalação e expansão dos Grupos Escolares, nos quais foram disseminando o pensamento político-pedagógico da Escola Nova (MELLO, 1996). Dessa forma, na difusão dos anseios da Escola Nova nos estabelecimentos, principalmente os primeiros instalados na Paraíba, destaca-se um desenvolvimento na educação, “[...] pois fomentou lugares específicos para o ensino, com normas e métodos próprios”, através de ambientes adequados e métodos intuitos para a vida (SOUSA, 2015, p. 32).

Segundo Mello (1934), o ensino na Paraíba, nos anos iniciais da década de 1930, progrediu em menos de 3 (três) anos, com a instalação de estabelecimentos e construção de Grupos Escolares, que foram distribuídos por quase todos os municípios da Paraíba. Em seu discurso, Mello defende os métodos e processos de ensino da Escola Nova, tais como os centros de interesses e o sistema de projetos. Para orientar as mudanças pretendidas na educação escolar paraibana, esse diretor da Diretoria do Ensino Primário entendia que as instituições paraibanas necessitavam [...] de elementos capazes de orientá-la de forma a não ficarem anulados os seus princípios e ensinamentos”, mas cumprir o seu dever à instrução da moral e do trabalho (MELLO, 1934, p. 6).

No estado da Paraíba, o modelo Grupo Escolar foi instalado no ano de 1916, com a criação do Grupo Escolar Dr. Thomas Mindêllo, na capital paraibana João Pessoa. Todavia, conforme apontam os dados de pesquisa disponibilizados por Pinheiro, Silva e Burity (2013), na gestão do Interventor Argemiro de Figueiredo (1935-1940) foram construídos vários edifícios escolares no estado, visando à expansão desse novo modelo pedagógico à formação





escolar da(s) infância(s) paraibana(s). Assim, o Decreto nº 795, de 1º de abril de 1937, estabelecia a criação dos seguintes Grupos Escolares:

Art. 1º - Ficam criados os seguintes Grupos Escolares: “Gentil Lins”, em Sapé; “Dr. José Maria”, em Pilar; “Dr. Appolonio Zenayde”, em Piancó; “Professor Luiz Aprígio”, em Mamanguape; “Professor Clementino Procopio”, em Campina Grande e “Dr. José Leite”, em Conceição, todos de 2.ª categoria; “Monsenhor Salles”, em Galante e “Dr. José Tavares”, em Queimadas, ao município de Campina Grande, de 3.ª categoria [...] (JORNAL A UNIÃO, 02 abr. 1937, p. 4 apud PINHEIRO; SILVA; BURITY, 2013, p. 175).

Para se obter uma noção mais precisa acerca da expansão dessas instituições no estado paraibano, pode-se considerar que, no ano de 1934, já existiam 34 (trinta e quatro) grupos escolares no estado da Paraíba, e, em 1939, esse número já havia se elevado para 42 (quarenta e dois), havendo o governo de Argemiro de Figueiredo construído 17 (dezessete) grupos escolares. Associados à criação e à construção de novos edifícios educativos, outros grupos escolares passariam por reformas, melhoramentos e adaptações. Entre as instituições da época, destacam-se: Grupo Escolar Santo Antônio e o Grupo Escolar Dr. Tomaz Mindêlo, ambos localizados na capital, além do Grupo Escolar de Araruna, Grupo Escolar de Antenor Navarro, Grupo Escolar de Patos, Grupo Escolar de Santa Luzia, Grupo Escolar Sólon de Lucena, situado na cidade de Campina Grande, Grupo Escolar Monsenhor João Milanez de Cajazeiras, Grupo Escolar de Areia, Grupo Escolar de Bananeiras e o Grupo Escolar de Itabaiana (PINHEIRO; SILVA; BURITY, 2013).

No tocante à criação de Grupos Escolares na cidade de Cajazeiras, o primeiro grupo escolar corresponde ao Grupo Escolar Monsenhor João Milanez, sendo instalado ainda no início da década de 1930, por meio do Decreto nº 369, de 9 de março de 1933, durante a gestão do Interventor Gratuliano de Brito. Posteriormente, já na década de 1950, é criado o Grupo Escolar Dom Moisés Coelho, fundado em 21 de janeiro de 1950 (ALBUQUERQUE, 2010).

A partir da necessidade de modernização dos modelos de organização escolar vigentes no estado da Paraíba, a Reforma da instrução pública foi iniciada no governo Camilo de Holanda (1916-1920), em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, ressaltou a necessidade da construção de grupos escolares para melhorar o ensino e a instalação das escolas isoladas (PINHEIRO, 2002; MELLO, 1996). No período de 1916 a 1929, foram criados, no estado da Paraíba, 14 (quatorze) grupos escolares, sendo 5 (cinco) distribuídos na capital e os demais nas cidades do interior. De acordo com o Art. 9º da Lei nº 360, de 14 de outubro de 1911, os grupos escolares deveriam ser construídos nas sedes de Municípios, principalmente naquelas em que as prefeituras fornecessem a construção e o material escolar (PINHEIRO, 2002).



Conforme estudos de Pinheiro (2002) e Saviani (2013), os grupos escolares representavam a unificação de várias aulas em um único prédio, sendo as aulas separadas por série e agrupadas por faixa etária com uma única professora, “[...] para atender aos princípios higiênicos e pedagógicos redefinidos no novo projeto de educação” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 36). De maneira geral, os grupos possuíam aspectos semelhantes com edifícios apropriados, móveis adequados, professores capazes, disciplina rigorosa e organização metódica do ensino, de forma a melhorar os serviços da instrução pública do Estado e servir de inspiração para instauração de uma nova forma de escolarização da(s) infância(s) (CARVALHO, 2002; FERNANDES, 2018). Para tal, dispunham das seguintes características:

[...] prédios escolares, projetados a partir da racionalização do espaço interno, com várias salas de aula, sala da direção, sala dos professores, secretaria, laboratórios didáticos, museu, biblioteca, áreas de recreação de cuja configuração constavam pátios internos, jardins, largos, refeitório e/ou cantina, quadra para jogos e, posteriormente, campo de futebol (PINHEIRO, 2002, p. 126).

Para Pinheiro (2002), nas primeiras décadas da República, a escola pública passou a ser concebida como um veículo de propaganda política, enfatizando tanto a alocação espacial de grupos escolares como a sua denominação, que estavam vinculadas ao poder da oligarquia, cujos nomes de políticos e educadores seriam lembrados.

Desse modo, nas décadas de 1920 e 1930, essas instituições escolares simbolizavam um suntuoso monumento arquitetônico, sendo os primeiros grupos escolares paraibanos alocados e adaptados nos bairros de elite. Se relacionando às “engenharias republicanas” (CARVALHO, 2001), os grupos escolares se prestariam a superar a organização precária das cadeiras isoladas, como também embelezar a capital paraibana com um ar de modernidade (PINHEIRO, 2002; LUCENA, 2016). Essa realidade pode ser verificada nas diversas imagens dos prédios escolares publicadas na *Revista do Ensino* da Paraíba (1932-1942).

Nas capas das edições relativas aos anos de 1936 e 1937, por exemplo, é possível observar a ênfase na monumentalidade dos prédios escolares, articulado ao ideário da República brasileira, às suas exposições que se destacam “[...] como um símbolo do saber” e “[...] serviam como anúncio de modernização arquitetônica e educacional, bem como de propaganda das ações governamentais” (RODRIGUES; SILVA, 2019, p. 28).

Desse modo, no Grupo Escolar Dr. Thomas Mindêllo, criado sob decreto 778, de 19 de julho de 1916, na capital paraibana João Pessoa, foi instalado, também, sob a responsabilidade da professora Alice de Azevedo Monteiro, o primeiro Jardim de Infância público anexo, devido segurar um espaço escolar adequado, não somente aos “[...] aspectos arquitetônicos,

francamente relacionados com a modernidade do ensino e o desenvolvimento urbanístico da capital paraibana”, mas também como um lugar que se constrói e concebe a educação escolar e suas relações com a sociedade, por meio de organização técnica, novas práticas e materiais pedagógicos (LIMA, 2016, p. 20).

Em observância a esse período, Mello (1996) enfatiza a criação do primeiro grupo escolar no interior do estado, Grupo Escolar de Itabaiana, e mais três na Capital: Grupo Escolar Epitácio Pessoa, Grupo Escolar Antônio Pessoa, e iniciado a obra do Grupo Escolar Isabel Maria das Neves. Já nos anos iniciais da década de 1930, o Interventor Federal na Paraíba, o Dr. Antenor Navarro (1930-1932), compreendendo a educação como uma grandeza da nacionalidade, defende que “[...] o professor está para a escola e está para a sociedade”, de modo que as palavras de progresso social e economia percorreriam pelo sertão, “[...] plantando em cada vila ou cidade um grupo escolar, e distribuindo a semente do saber por todos os lugares da Paraíba” (MELLO, 1996, p. 92).

Para Mello (1996, p. 96-97), o governo de Antenor Navarro registrou grande desenvolvimento no ensino público, mediante diversas ações, como leis e decretos, inspeção técnica e sanitária, criação da Diretoria de Ensino Primário, da *Revista do Ensino* e gabinetes dentários nos grupos escolares; instituiu novos programas de ensino, como o ensino de canto orfeônico e de educação física, assim como o início da “[...] construção de vinte grupos escolares e a fiscalização sistemática”.

No que concerne ao governo do Dr. Gratuliano Brito (1932-1935), Mello (1996) enfatiza que sua administração assimilou “[...] rigoroso cuidado dispensado ao patrimônio público”, continuando as construções dos grupos escolares iniciadas por Antenor Navarro em diversos municípios; constituindo, assim, um intenso movimento de reparos, reconstrução, melhorias, adaptação e conservação dos antigos prédios entre os anos de 1933 e 1934, sendo instalados: Grupo Escolar Isabel Maria das Neves; Grupo Escolar Santo Antônio; Grupo Escolar Dr. Tomaz Mindêllo e Grupo Escolar Epitácio Pessoa na Capital; Grupo Escola Rio Branco, em Patos; o Grupo Escolar 24 de Janeiro, em Araruna; Grupo Escolar de Antenor Navarro; Grupo Escolar Monsenhor João Milanez, em Cajazeiras; Grupo Escolar João Maria, em Pombal; Grupo Escolar Coelho Lisboa, em Santa Luzia; Grupo Escolar de Juazeirinho, no município de Soledade; Grupo Escolar Xavier Júnior, em Bananeiras; Grupo Escolar Afonso Campos, em Pocinhos, do município de Campina Grande; Grupo Escolar Peregrino de Carvalho; Grupo Escolar Padre Ibiapina; Grupo Escolar Antônio Pessoa; Grupo Escolar Álvaro Machado; Grupo Escolar Sólon de Lucena, em Campina Grande; Grupo Escolar de Areia; Grupo Escolar de Itabaiana; Grupo Escolar Professor Batista Leite, em Sousa; Grupo Escolar





Gama e Melo; Grupo Escolar Abel da Silva; Grupo Escolar Antônio Gomes, em Catolé do Rocha; Grupo Escolar Professor Cardoso, em Alagoa Nova; Grupo Escolar Professor João Soares, em Caiçara; Grupo Escolar Abel da Silva, em Ingá; Grupo Escolar Peregrino de Carvalho, em Espírito Santo (MELLO, 1996; PINHEIRO; SILVA; BURITY, 2013).

A expansão dos grupos escolares no estado da Paraíba, dessa forma, se intensificou a partir da década de 1930, com a circulação do ideário político-pedagógico da Escola Nova, que defende a universalização da educação pública. Esse modelo de educação escolar adotado no estado da Paraíba, vinculando-se à promoção do desenvolvimento econômico e social das cidades, entre os anos de 1930 até 1940, caracterizou um longo processo de construção, instalação, reconstrução e adaptação nas administrações destacadas acima, sendo que a oferta dessa instituição aumentou significativamente, visto que foram construídos, aproximadamente, 70 (setenta) grupos escolares em vários bairros, especialmente nas cidades de João Pessoa e Campina Grande (PINHEIRO, 2002).

Em relação à organização curricular que orientava a escolarização da(s) infância(s) paraibana(s) nos grupos paraibanos, as tarefas realizadas pelas crianças, nessas instituições, deveriam se orientar nos métodos e processos de ensino postulados pela Escola Nova. Assim, no ano de 1932, mesmo ano da publicação e circulação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, o Secretário do Interior e Segurança Pública na Paraíba, Argemiro de Figueiredo, sob portaria nº 1.059 de 22 de junho de 1932, resolve determinar que sejam adaptados os Programas de Ensino dos grupos escolares, escolas reunidas e isoladas do ensino público primário do Estado (PROGRAMAS DO ENSINO, 1932, p. 71). São efetivadas, assim, modificações nas disciplinas curriculares, com orientações apresentadas do 1º ao 6º ano, especificamente. Em relação aos Programas do 1º e 2º anos, por exemplo, os estudos deveriam compreender atividades práticas nas áreas de Língua Materna, Leitura, Escripta, Arithmetica, Dezena, História do Brasil e Geographia, Hygiene, Sciencias Naturaes e Lições de Cousas, Geometria, Desenho, Trabalhos Manuaes e Gimnastica (PROGRAMAS DO ENSINO, 1932).

Para desenvolvimento prático desse programa curricular, os métodos e processos de ensino a ser aplicados nos grupos escolares paraibanos deveriam ser considerados flexíveis, os quais serviriam de “[...] guia e orientação ao professorado primário”, e permitiriam “[...] ainda ao mestre alguma liberdade quanto a sua aplicação” (PROGRAMAS DO ENSINO, 1936, p. 59). Nesse sentido, os professores poderiam compartilhar ou publicar as suas obras, caso tenham “[...] inventado aparelhos ou métodos e processos de ensino, que sejam considerados de real valor didático”, de forma que pudessem ser adotados nas escolas públicas (PINHEIRO, 2002, p. 146).



Durante as décadas iniciais da República, havia na Paraíba uma forte predominância do ideal nacionalista-patriótico, assim como a busca por uma identidade paraibana (paraibanidade), sendo aperfeiçoado e efetivado, ao longo dos anos, no espaço escolar, em que foram realizados “[...] normas e regulamentos para o estabelecimento de diretrizes pedagógicas, desde as mais gerais até às relativas à prática cotidiana em sala de aula” (PINHEIRO, 2002, p. 146), com ações políticas que “[...] engrandecem o nome do Estado, elevando o seu conceito aos olhos da Nação” (MELLO, 1934, p. 10). Com base nesse ideal, os métodos e processos de ensino aplicados à educação escolar da(s) infância(s) paraibana(s) nos grupos escolares do estado deveriam consistir em preparar o homem para a humanidade e para a pátria, de modo que formasse bons cidadãos brasileiros, mediante a introdução do ensino patriótico, nacionalista e cívico, para o cultivo da inteligência, a perfeição do caráter e a prática do civismo (PINHEIRO, 2002; PINHEIRO; SILVA; BURITY, 2013).

Nas orientações curriculares, o ensino deveria estar articulado à vida da criança, às suas aptidões naturais, individuais e coletivas, à formação de sua personalidade, expressividade e à integração social com aprendizagens de finalidades socioeducativas (SILVA; FERNANDES, 2021). Para tal, o professor necessitava de uma instrução necessária para elevar os seus conhecimentos teóricos e práticos, que fosse capaz de preparar o homem de amanhã (MELLO, 1934).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os grupos escolares foram instituições idealizadas e criadas em função do processo de urbanização e de crescimento do setor industrial. Mesmo mantidas relações sociais, econômicas e políticas consideradas tradicionais, o modelo pedagógico Grupo Escolar se configurou como um movimento nacional, idealizado e expandido em função do processo de urbanização e de crescimento do setor industrial, que propusera formar o cidadão da e para a República.

No tocante à educação escolar paraibana, os grupos escolares colaboraram para reconfiguração do ensino na Paraíba, com novas finalidade socioeducativas, ao introduzir e se orientar em princípios pedagógicos modernos (PINHEIRO, 2002; PINHEIRO; SILVA; BURITY, 2013). O processo de substituição das escolas isoladas pelo grupo escolar, porém, se efetivou de forma mais intensiva no período relativo à circulação dos métodos e processos de ensino vinculados à Escola Nova, visando promover mudanças na mentalidade e no comportamento pedagógico do professorado paraibano, mediante ações voltadas à formação docente para a prática educativa nos Grupos Escolares.



## REFERÊNCIAS

ATOS OFICIAIS NO DEPARTAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO, NO 1º SEMESTRE DE 1933. **Revista do ensino**, ano II, n. 6 e 7, set. 1933.

ACTOS OFICIAES REFERENTES AO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1936. **Revista do ensino**, ano IV, n. 12, maio. 1936.

ALBUQUERQUE, Simone Formiga. **Práticas de leitura em Cajazeiras PB (1930 a 1950):** memórias de ex-professoras. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia:** geral e Brasil. 3 ed. ver. e ampl. SP: Moderna, 2006.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, p. 111-120, 2000.

DECRETO 369, de 9 de março de 1933, criando o Grupo Escolar de Cajazeiras e outras cidades do interior. **Revista do ensino**, ano II, n. 6 e 7, set. 1933, p. 86.

FERNANDES, Hercília Maria. **Aprender e apreender no Jardim-Escola** (Caicó, Rio Grande do Norte, 1960-1993). Natal-RN: UFRN, 2018, 367 f. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

FERNANDES, Hercília Maria.; CAVALCANTE, Davi. Literatura pedagógica e escolarização da infância: saberes autorizados na e da educação paraibana (1932-1942). **Revista Educação em Questão**, v. 60, n. 63, 10 mar. 2022.

GRUPO ESCOLAR DR. THOMAZ MINDÉLLO. **Revista do ensino**, ano I, n. 3, set. 1932, p. 33.

LUCENA, Meryglauca Silva Azevedo. **“A criança é uma planta mimosa e gentil, frágil e encantadora”:** um estudo sobre a revista do ensino da Paraíba (1932-1942)”. 2016. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

LIMA, Rosângela Chrystina Fontes de. Percursos e percalços na implantação dos jardins de infância na cidade da Parahyba: uma contribuição ao estudo sobre a educação infantil (1917-1939). In: PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira... [et al.] organizadores. **República:** escritos da história LABORHIS. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016, p. 17-122.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). A reconstrução educacional no Brasil – ao povo e ao governo. **Revista HISTEDBR On-line:** Campinas-, n. especial, p. 188-204, ago. 2006.

MELLO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3. ed. João Pessoa, PB: Secretaria da Educação e Cultura, Conselho Estadual de Educação, 1996. (Coleção Biblioteca Paraibana).

MELLO, José Baptista. Problemas do ensino. **Revista do Ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano III, n. 11, p. 5-10, dez., 1934.



NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá. A Escola Nova. **Revista Educação em Debate**. Fortaleza: CE, v. 9, n. 12, p. 27-58, 1986. Disponível em: <http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/475>. Acesso em: 26 maio. 2021.

PINHEIRO, A. C. F.; SILVA, E. N. C. de A.; BURITY, L. M. D. Grupos escolares e escolas rurais na Paraíba estadonovista (1937-1945). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 13, n. 54, p. 172– 188, 2014.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das escolas isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados e Universidade de São Francisco, 2002.

PROGRAMAS DE ENSINO. Estado da Paraíba, Diretoria do Departamento de Educação. **Revista do ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano IV, n. 13, p. 59-76, set. 1936.

PROGRAMAS DO ENSINO. Portaria 1.059, de 22 de Junho de 1932. Estado da Paraíba, Secretaria do Interior e Segurança Pública, Diretoria do Ensino Primário. **Revista do Ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano I, n. 2, p. 69-149, jul. 1932.

RODRIGUES, Melânia Mendonça; SILVA, Vívía de Melo. Imprensa e educação: a revista do ensino da Paraíba. In: RODRIGUES, Melânia Mendonça; LIMA, Niédja Maria Ferreira de; SILVA, Vívía de Melo (Org.). **Leituras sobre a revista de ensino da Paraíba** [livro eletrônico]. Campina Grande: EDUFPG, 2019, p. 19-52.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas, SP: autores Associados, 2013.

SILVA, Nicoli Lira da; FERNANDES, Hercília Maria. Métodos e processos de ensino na escolarização da(s) infância(s) paraibana(s) (1930-1940). In: XII FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA - FIPED. **Anais [...]**. Cajazeiras, Paraíba: AINPGP, 2021, *Online*.

SILVA, Vívía de Melo; RODRIGUES, Melânia Mendonça; LIMA, Niédja Maria Ferreira de. Orientações político-pedagógicas na revista do ensino da Paraíba: o escolanovismo e o estadonovismo. In: RODRIGUES, Melânia Mendonça; LIMA, Niédja Maria Ferreira de; SILVA, Vívía de Melo (Org.). **Leituras sobre a revista de ensino da Paraíba** [livro eletrônico]. Campina Grande: EDUFPG, 2019, p. 53-88.

SOUSA, Amurielle Andrade de. **O ideário da escola nova na Paraíba: circulação de novos saberes nos discursos de José Baptista de Mello (1930-1936)**. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. A educação pré-escolar. In: TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Educação para a democracia: introdução à administração educacional**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora URJ, 2007. (Coleção Anísio Teixeira, v. 4).

TEIXEIRA, Anísio Spínola. As diretrizes da Escola Nova. **Revista do Ensino**, João Pessoa: Imprensa Oficial, ano I, n. 3, p. 5-26, set., 1932.